

### Ensino Médio Integrado e formação docente: estudo de artigos da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica

#### *Integrated Secondary Education and teacher training: a study of articles in the Brazilian Journal of Professional and Technological Education*

**Recebido:** 04/02/2025 | **Revisado:** 15/04/2025 | **Aceito:** 23/04/2025 | **Publicado:** 16/07/2025

**Ana Sara Castaman**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5285-0694>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
E-mail: [ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br](mailto:ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br)

**Francisco das Chagas Silva Souza**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9721-9812>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
E-mail: [chagas.souza@ifrn.edu.br](mailto:chagas.souza@ifrn.edu.br)

**Leonardo Leonidas de Brito**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4823-0521>

Colégio Pedro II  
E-mail: [leonardo.brito.1@cp2.edu.br](mailto:leonardo.brito.1@cp2.edu.br)

**Como citar:** CASTAMAN, A. S.; SOUZA, F. C. S.; BRITO, L. L. Ensino Médio Integrado e formação docente: estudo de artigos da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 25, p. e18277, jul. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

#### Resumo

Considerando os 20 anos do Decreto nº 5.154/2004, realizou-se um estado do conhecimento acerca da formação docente para o Ensino Médio Integrado (EMI), baseado em artigos publicados na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT). A pesquisa partiu de uma busca no Portal de Periódicos da Capes, sendo encontrados 97 artigos. Após leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e, às vezes, do texto completo, foram selecionados 10 estudos que tratavam desse tema. Os artigos apontam limitações na formação inicial e continuada de docentes que atuam no EMI e destacam as dificuldades destes em praticar o currículo integrado. Urge a formação contínua de docentes, a reflexão sobre as práticas e a realização de planos de trabalho com professores de áreas distintas para a criação de um projeto que integre trabalho, ciência e cultura.

**Palavras-chave:** Ensino Médio Integrado; Formação docente; Educação Profissional e Tecnológica; Currículo.

#### Abstract

Considering the 20th anniversary of Decree number 5.154/2004, a state of knowledge on teacher training for Integrated Secondary Education (EMI) was carried out, based on articles published in the Brazilian Journal of Professional and Technological Education (RBEPT). The research began with a search on the Capes Journal Portal, and 97 articles were found. After reading the titles, abstracts, keywords and sometimes the full text, 10 studies dealing with this topic were selected. The articles point to limitations in the initial and continuing training of teachers who work in EMI and highlight their difficulties in practising the integrated curriculum. There is an urgent need for continuous teacher training, reflection on practices and work plans with teachers from different areas to create a project that integrates work, science and culture.

**Keywords:** Integrated Secondary Education; Teacher training; Vocational and Technological Education; Curriculum.

## 1 INTRODUÇÃO

Há duas décadas, a Educação Profissional de nível médio no Brasil passou por uma das mais importantes transformações de marcos e alterações legais: a extinção, no plano infralegal da separação histórica entre ensino médio técnico profissional e formação geral. Criava-se, naquele contexto, uma relevante política pública da educação profissional, o Ensino Técnico de Nível Médio na forma Integrada, doravante Ensino Médio Integrado (EMI).

A partir da efeméride dos vinte anos da publicação do Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, 2004), temos como objetivo, neste artigo, realizar um estado do conhecimento acerca da produção bibliográfica sobre a formação de professores para o EMI, tendo como base os artigos publicados na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)<sup>1</sup>. Trata-se de um periódico eletrônico, de acesso aberto e submissão contínua, criado, em 2008, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério de Educação (MEC). Com a criação do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Educação Profissional (PPGEP), em 2013, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a RBEPT passou a ser editada por este. No período de 2008 a 2014, a RBEPT teve edições anuais, adotando, a partir de 2015, uma periodicidade semestral.

Tal escolha dá-se por considerarmos a relevância deste periódico como espaço de excelência para reflexão e diálogos de pesquisadores acerca de diversos temas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dentre os quais a formação docente para essa modalidade. Acreditamos que a análise das publicações acerca do tema em questão pode trazer à tona os sentidos dos textos e - por que não, dos pretextos - sobre a ainda incipiente formação docente para o trabalho na EPT.

Vale salientar que nossa perspectiva de estado do conhecimento está pautada em Romanwski e Ens, que o conceituam como o “[...] estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado” (2006, p. 39-40); assim, distingue-se do estado da arte, pois, para as autoras, este é o estudo que abrange toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções.

As autoras destacam a notoriedade desse tipo de pesquisa, visto que, mediante a qual é possível:

[...] examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição das tendências do campo de formação de professores (Romanowski; Ens, 2006, p. 39).

---

<sup>1</sup> A escolha da temática formação docente se deu de forma discricionária pelos autores, tendo em vista também a aproximação e publicações anteriores destes sobre o tema.

Portanto, refletimos a respeito da produção acadêmica sobre a formação docente para a EPT, especificamente no tocante ao EMI, de modo a contribuir para uma área de conhecimento que, apesar dos avanços, ainda é vista como “uma ilustre desconhecida” (Urbanetz, 2012) ou “uma ilustre esquecida” (Souza, 2022).

O artigo está dividido em duas seções, além desta introdução. Na primeira, discutimos, ainda que de forma breve, o que é o EMI, quais as suas origens, em que bases conceituais se assentam, bem como seus objetivos. Em seguida, expomos os resultados da nossa investigação, antecedida do percurso metodológico utilizado para chegarmos a estes.

## 2 EMI: ORIGENS, BASES E OBJETIVOS

A expressão EMI é pródiga em seu valor heurístico. Constitui-se como um modelo político-pedagógico que carrega em si a ideia de uma formação (mas não apenas) ampla, em uma postura epistemológica que circunscreve a preparação *pelo* trabalho sem prescindir da dimensão propedêutica geral. No Brasil, no contexto do debate entre educadores refratários à separação entre ensino profissional e geral, promovida pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 (Brasil, 1997), a concepção de EMI sobreviveu à impetuosidade neoliberal dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), encarnadas no Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) implementado ao final da década de 1990.

O EMI remonta, histórica e filosoficamente, à ideia de **politecnia** da aprendizagem defendida nas resoluções dos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)<sup>2</sup>, ocorridos ao fim da década de 1860<sup>3</sup>. Naquele contexto europeu dos oitocentos, expoentes do movimento operário, como Paul Robin, Mikhail Bakunin e James Guillaume, personificaram, em linhas gerais, as propostas emblemáticas acerca daquilo que a corrente anarquista do movimento proletário internacional qualificou de **instrução integral aos trabalhadores**, politécnica e lastreada na construção e difusão das ditas escolas oficinas<sup>4</sup>.

Tratando-se especificamente da realidade brasileira, a chegada à estrutura do Estado, da coalizão dirigida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições de 2002, abriu espaço inédito no pós-Ditadura Civil-Militar para o campo progressista retomar, com êxito, os desdobramentos e o debate educacional sobre a formação integral para a educação profissional de nível médio. Em decorrência, após embates

---

<sup>2</sup> A criação da AIT ou Primeira Internacional dos Trabalhadores ocorreu formalmente em setembro de 1864 em Londres, reunindo lideranças do movimento operário de diversas partes da Europa ocidental (Samis, 2011).

<sup>3</sup> É comum a atribuição da concepção de politecnia às produções de Marx e Engels. No entanto, alguns pesquisadores argumentam que essa noção é anterior a esses intelectuais, como pode ser visto nas publicações de Bemvindo (2017) e Brito (2020), dentre outros.

<sup>4</sup> Em especial, destacamos as resoluções do Congresso de Lausanne, em 1867. Nas memórias publicadas por James Guillaume acerca dos congressos da 1ª Internacional, a questão relacionada à instrução integral e à educação das crianças aparece na “5ª questão” aprovada pelos trabalhadores naquele encontro: “O Ensino científico, profissional e produtivo. Um estudo para um programa de ensino integral e a Organização da escola oficina” (Guillaume, 1905, p. 35, tradução nossa).

e reflexões ocorridas, em 2003, sobretudo, no **Seminário Nacional de Educação Profissional “Concepções, experiências, problemas e propostas”**, quando se discutiu o documento intitulado: **“Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”**, foi sistematizado a **“Proposta em discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”**, publicada pelo MEC, em 2004. Intelectuais de proa neste campo, a exemplo de Marise Ramos, Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta, produziram contribuições significativas para o debate teórico acerca do tema, mas não apenas<sup>5</sup>. Esses pesquisadores participaram da formatação do texto daquilo que viria a se tornar, em 2004, o Decreto nº 5.154 (Guimarães, 2015).

Foi a partir desse e de outros documentos e reflexões que se decidiu revogar o Decreto nº 2.208/1997 por meio do Decreto nº 5.154/2004, o qual estabeleceu a intencionalidade e as bases normativas possíveis para a articulação entre o ensino médio e a educação profissional. Neste sentido, de acordo com dois dos autores da minuta do Decreto do Executivo Federal, essa possibilidade de articulação entre as dimensões propedêutica e técnica reverberam o que já estaria consagrado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (Ciavatta; Ramos, 2012); “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (Brasil, 1996).

Portanto, o Decreto nº 5.154/2004, em que pese algumas de suas contradições no que diz respeito à efetivação de uma real educação politécnica, representa a possibilidade, ainda que restrita, para uma **travessia** na direção de uma aprendizagem politécnica para os trabalhadores. Tal compreensão foi expressa por Frigotto, Ciavatta e Ramos, poucos anos após a aprovação do referido Decreto:

Se a preparação profissional do Ensino Médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o Ensino Médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer uma **“travessia”** para uma nova realidade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 43, grifo nosso).

A extinção do Decreto nº 2.208/1997 por meio de outro decreto gerou polêmicas. Entretanto, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 28-29) explicam o porquê dessa decisão:

A avaliação da conjuntura indicava que, se fosse simplesmente revogado o decreto sem qualquer normatização, o Ministério da

---

<sup>5</sup> Souza (2025), ao discutir o percurso do EMI, nos seus vinte anos de história, salienta que a proposta de uma educação emancipatória, com base na politecnia, remonta aos anos 80, quando um projeto de LDB foi apresentado à Câmara dos Deputados por Octávio Elísio (PSDB-MG). Ao longo de oito anos, o projeto inicial foi totalmente alterado e, em 1996, seguindo os interesses da política do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi apresentado e aprovado um novo projeto de lei que se tornou a atual LDB.

Educação deveria encaminhar ao Conselho Nacional de Educação uma proposta de Diretrizes Operacionais e de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes para evitar que se instaurassem incompatibilidades políticas e normativas. Isso ocorreria em meio ao acirramento do confronto com as forças conservadoras, podendo se travar um processo de mudanças.

A ação do Executivo federal, via decreto, para implementação da normativa nº 5.154/2004 recebeu várias críticas por ter reproduzido o *modus operandi* da gestão Cardoso quanto à ação política via decreto presidencial. Da mesma maneira, a manutenção das formas Subsequente e Concomitantes para este nível de ensino, estabelecidas em 1997, desagradaram os setores postulantes da formulação do EMI<sup>6</sup>. Uma dessas críticas pode ser evidenciada em publicação de Guimarães (2014), na qual o autor aponta contradições e limites das possibilidades e dos impactos efetivos do Decreto de 2004 para a construção de uma educação politécnica, numa “democracia restrita”. Porém, Guimarães esquiva-se em elencar alternativas possíveis de serem construídas nesta.

Discordamos da crítica deste pesquisador às posições ético-políticas adotadas pelos autores da minuta do Decreto que estabeleceu o EMI. Entendemos que, nas fronteiras da conciliação de classes do projeto reformista gradual, vencedor das eleições gerais de 2002, a construção do aparato legal normativo, que permitiu a forma Integrada no Ensino Técnico de Nível Médio, deu-se a partir daquilo que era factível. Em perspectiva histórica, num país com um longo passivo escravista e conservador, como o Brasil, o “reformismo fraco” do PT e aliados (Singer, 2012) nos parece, infelizmente, o que temos de mais arrojado no arranjo político do pós-Ditadura Civil-Militar. Em relação à EPT, nosso argumento se sustenta, dentre outras razões, pela expansão dessa oferta no país, cujo número de unidades era 144, em 2006, elevando-se para 685, em 2024, um crescimento de 21% (Brasil, 2024). No que diz respeito ao EMI, as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), exibem um número elevado de matrículas, em 2023: 820.442 mil, no país, das quais 220.285 mil eram na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)<sup>7</sup> (Inep, 2024).

Em síntese, é possível afirmar que, malgrado os limites apresentados pela **travessia** de que falam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), o EMI representa um esforço para “[...] relacionar processos educativos com finalidades próprias em um

---

<sup>6</sup> Além deste, citamos também um artigo de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) no qual os autores demonstram compreender a importância do Decreto nº 5.154/2004, mas explicitam suas decepções, um ano depois, pois esperavam que esse ato normativo fosse transitório e capaz de mobilizar a sociedade civil sobre o assunto, levando a uma revisão na LDBEN, fato que não ocorreu. Já Rodrigues (2005) expressa a sua oposição à forma como o Decreto de Fernando Henrique Cardoso foi extinto por outro Decreto. Em tom irônico, diz que este avançou 40 anos, quando comparado ao Decreto nº 2.208/1997: “Em 2004, a legislação da educação profissional brasileira deu um salto no tempo: deixamos o ano de 1942 e avançamos até 1982” (Rodrigues, 2005, p. 261).

<sup>7</sup> Os dados aqui apresentados são a soma das matrículas no EMI e no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Vale salientar que, apesar de sua importância do Proeja para a formação e inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho, nos últimos anos, tem se visto uma redução no seu número de matrículas.

mesmo currículo” (Ciavatta; Ramos, 2012, p. 31). As autoras sublinham que a ideia de integração perfaz uma perspectiva bem mais ampla, pois essa proposta pedagógica busca integrar todas as dimensões da vida: ciência, tecnologia e cultura. Converte-se, de forma absoluta, com as ideias preconizadas por libertários como Robin, Guillaume e Bakunin nos debates e embates da Primeira Internacional dos Trabalhadores, na segunda metade dos oitocentos. A inovação histórica apresentada aqui situa-se exatamente na convergência - ainda que não reconhecida - entre as postulações daqueles que contribuiram para a materialização em termos infra-legais, do EMI, e a episteme da ideia de educação integral, tal qual ensejada pelos socialistas libertários do final do XIX. Idiossincrasias à parte (nossas e dos idealizadores do texto legal que permitiu o EMI no país), o Decreto nº 5.154/2004 é, sem dúvida, um avanço de monta na realidade de um país marcado historicamente pelo dualismo educacional na formação de nível médio.

Feita essa breve exposição acerca do EMI, passamos a apresentar algumas publicações acerca de como tem se dado a formação docente para essa forma de articulação entre os Ensino Médio e o Técnico.

### **3 O QUE DIZEM OS ARTIGOS DA RBEPT QUANTO À FORMAÇÃO DOCENTE PARA O EMI**

Inicialmente, torna-se relevante apresentar o percurso metodológico que seguimos para chegar aos resultados expostos adiante.

Considerando que se trata de um estado do conhecimento (Romanowski; Ens, 2006), nossa primeira ação foi visitar o sítio da RBEPT<sup>8</sup> e buscar o descritor “Ensino Médio Integrado” (com o uso de aspas); nessa pesquisa foram encontrados 131 itens. No entanto, em face de um problema nesse sítio, passamos a realizar a nossa consulta no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>9</sup>. Neste, foram selecionados os seguintes filtros: acesso aberto; tipo de recurso: artigo; sem datas de publicação; produção nacional; periódico revisado por pares; área de Ciências Humanas; língua portuguesa; e editor, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Como resultados, encontramos 97 artigos. Uma nova consulta foi realizada, dessa vez, sem filtro no tipo de idioma, mas não foi exibido nenhum artigo publicado em outra língua além da portuguesa.

Após realizarmos os *downloads* de todos esses artigos, iniciamos a fase de seleção daqueles relacionados com o nosso objetivo: a formação docente para o EMI. Para tanto, consideramos os títulos, os resumos e as palavras-chave, e, quando pairaram dúvidas, foram feitas leituras das introduções e do texto completo. Por fim, após o exame dos 97 artigos, organizamo-los em três categorias, sendo, uma destas, a formação docente. Um exame mais aprofundado das produções a respeito desse tema, na RBEPT, levou-nos a escolher os artigos relacionados ao objetivo desta pesquisa. Os 10 textos selecionados estão elencados no Quadro 1.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT>.

<sup>9</sup> A pesquisa foi realizada no início do mês de janeiro de 2025.

**Quadro 1:** Artigos da RBEPT com foco na formação de professores.

Ano	Título	Autores(as)	IES
2014	O professor licenciado na educação profissional: quais os saberes docentes que alicerçam seu trabalho?	MORAIS, J. K. C. HENRIQUE, A. L. S.	SEEC/RN <sup>10</sup> IFRN
2016	Licenciaturas nos Institutos Federais: aspectos para discussão.	OLIVEIRA, B. M. OLIVEIRA, M. R. N. S.	CEFET-MG CEFET-MG
2017	A identidade do professor licenciado no Ensino Médio Integrado: entre a paixão e o acaso.	LUSTOSA, W. E. A. de M. ALIANÇA, P. T. S. M. da S.	IFRN IFRN
2017	Formação e saberes docentes na Educação Profissional: um relato de experiência.	FONSECA, C. M. F.	IFRN
2020	Concepções de docentes em relação à integração de disciplinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.	MORAES, C. A. S. G. DIEMER, O.	IFMS IFMS
2020	Formação continuada do professor do Ensino Médio Integrado: concepções e importância.	SILVA, C. M. B. SANTOS, E. O.	UFPE IFPE
2020	A construção do Ensino Médio Integrado: contribuições a partir de uma proposta de formação continuada no IFSUL - <i>Campus</i> Pelotas.	CARDOSO, T. C. HAMMES, I. L. BOTH, J. T.	IFSul IFSul IFSul
2020	O trabalho e a formação docente em um curso técnico integrado pertencente à rede pública estadual do Paraná.	HERREIRA, N. A. URBANETZ, S. T.	SEED-PR/ FEMPAR <sup>11</sup> IFPR
2022	Concepções dos docentes de um curso técnico integrado ao ensino médio do IFSP sobre a integração curricular.	PEREIRA, A. V. REIS, M. J. CAMILO, R. Y.	IFSP IFSP IFSP
2023	Ensino Médio Integrado:	SILVA, P. C. B.	IFPE

<sup>10</sup> Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte.

<sup>11</sup> A primeira autora atua na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) e na Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná.

	representações sociais construídas por professores de Física do IFPE - <i>campus</i> Pesqueira	LIMA, A. M.	IFPE
--	--	-------------	------

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir de dados da Capes sobre produções na RBEPT (2025).

Um primeiro destaque a ser feito é quanto às instituições as quais os autores estavam vinculados à época da publicação do trabalho na RBEPT: 18, dos 21 destes, pertenciam a instituições da RFEPCT de todas as regiões do Brasil, exceto o Norte. Alguns, naquele período, eram estudantes de PPG e também servidores da referida Rede. Esse fato merece realce, pois demonstra o interesse desses pesquisadores em estudar não apenas as bases teóricas do EMI, mas ainda como este tem sido praticado em suas instituições, e o modo pelo qual tem se dado a formação de professores que trabalham na Rede.

A seguir, apresentamos uma síntese de cada um dos artigos, com vistas a apresentar pontos convergentes ou não entre estes.

Morais e Henrique (2014), a partir de uma revisão bibliográfica, analisam os saberes docentes dos professores licenciados que atuam na Educação Profissional (EP). Trata-se de um recorte de pesquisa realizada com professores de Biologia que atuam no EMI. Os autores observam que tais docentes necessitam de determinados saberes para o desenvolvimento do seu ofício, quais sejam: saber técnico, saber pedagógico e saber da pesquisa. Contudo, destacam que, raramente, em suas vivências, os professores conseguem articular estes saberes. Concluem que, nos cursos de licenciatura, os futuros professores não conseguem construir, de forma sólida e articulada, esses saberes, fato que compromete seu trabalho, principalmente quando lecionam em modalidades de ensino específicas, como é o caso da EP.

Oliveira e Oliveira (2016) apresentam resultados parciais de pesquisa sobre os cursos de licenciatura em Institutos Federais. A finalidade do estudo foi compreender se os cursos formam para a docência no EMI, e, ainda, se estes privilegiam as unidades curriculares acadêmicas ou técnicas. A análise se deu com base nos projetos pedagógicos de cursos dos Institutos Federais do estado de Minas Gerais, nos quais se elencam o intento em formar professores para trabalhar no EMI, apesar de os currículos não contemplarem essa formação e privilegiarem as unidades curriculares científicas tradicionais. Nota-se que, apesar dos avanços observados desde a expansão da RFEPCT, no quadriênio 2009-2013, a formação de professores para a Educação Profissional de Nível Médio ainda é diminuta e se constitui um desafio, tendo em vista o direcionamento predominante das licenciaturas para a formação específica. Em outras palavras, tais cursos não preconizam ou, na melhor das hipóteses, preconizam lateralmente, a habilitação dos futuros professores para atuação na EP de nível médio.

Lustosa e Aliança (2017) analisaram a constituição da identidade docente de professores licenciados do IFRN que trabalham no EMI. Após a realização de entrevistas, as pesquisadoras criaram três categorias de análise, a saber: percepção sobre a formação para a docência, relação prévia com a docência e momentos-

charneira<sup>12</sup>. As autoras destacam, de maneira relacional, os elementos para pensar como o professor articula sua formação à atuação profissional, suas projeções antes da opção pela docência e o confronto entre os trajetos anteriores e aqueles escolhidos.

Em seu artigo, Fonseca (2017) discute, a partir das concepções dos docentes do EMI, do curso de Informática, do IFRN, a necessidade de uma formação docente específica para trabalhar na EPT. As concepções sobre os saberes necessários para o trabalho na educação profissional foram traçadas por meio de revisão bibliográfica articulada à pesquisa exploratória e entrevista semiestruturada com o uso do gravador.

Moraes e Dimer (2020), em seu estudo, analisaram as concepções de professores acerca da integração das unidades curriculares de História e Conservação de alimentos, no Curso Técnico, na forma Integrada, em Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS). Os dados foram obtidos mediante entrevistas e aplicação de questionário com perguntas abertas. Quanto aos resultados, os autores identificaram que há efetividade na integração das referidas unidades curriculares, visto que os conteúdos foram abordados de modo articulado.

Silva e Santos (2020), a partir de dados obtidos mediante pesquisa teórica, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, analisam as concepções e a importância da formação continuada para o trabalho do professor do EMI. Os resultados da pesquisa apontam que os professores reconhecem a relevância da formação para o trabalho pedagógico, especialmente, porque se constitui como um espaço de socialização de experiências, de atualizações e de otimização da prática.

Cardoso, Hammes e Both (2020) discutem a construção curricular do EMI, a partir do desenvolvimento e da avaliação de uma proposta de formação continuada de professores que trabalham em um dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), *Campus Pelotas*. Aferem que a formação continuada é primorosa e necessária para a compreensão crítica do mundo do trabalho, o que reverbera na consolidação do currículo integrado.

Herreira e Urbanetz (2020) refletem teoricamente acerca do trabalho pedagógico de professores que lecionam em um curso técnico integrado ao ensino médio, em uma instituição de ensino pública estadual do Paraná, pertencente à cidade de Curitiba<sup>13</sup>. Constataram que, em 2006, no Paraná, houve poucos avanços na implantação do EMI no que concerne à integração, à infraestrutura e à formação docente.

Pereira, Reis e Camilo (2022), com o intuito de analisar concepções, propostas pedagógicas, perspectivas e desafios para efetivação da integração

---

<sup>12</sup> As autoras utilizam a expressão “momento-charneira”, com base na obra “Experiências de vida e formação”, de Marie-Christine Josso, para definir episódios que foram considerados “divisores de águas” para a escolha dos entrevistados pela docência como atuação profissional (Lustosa; Aliança, 2017, p. 92).

<sup>13</sup> Os autores não mencionam nem o curso, nem a instituição escolar em que foi realizada a pesquisa, daí as limitações da nossa meta análise dos *loci* escolhidos por Herreira e Urbanetz (2020).

curricular, aplicaram entrevistas semiestruturadas com professores do curso Técnico em Alimentos, na forma Integrada, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), *Campus* Barretos. Os resultados levaram à conclusão de que há necessidade de formação docente específica acerca dos princípios e das possibilidades de se implementar o currículo integrado.

No seu artigo, Silva e Lima (2023) ocuparam-se em analisar as representações sociais, construídas por professores de Física, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *Campus* Pesqueira, no tocante ao EMI. A partir de pesquisa qualitativa e pautado na Teoria das Representações Sociais, realizaram entrevistas semiestruturadas com quatro professoras, no período da Covid-19. Por meio da técnica da análise de conteúdo, evidenciaram que a construção representacional temática principal, destinada ao EMI, é a formação integral do estudante. Porém, também verificaram distanciamentos das docentes quanto à essa proposta ao afirmarem que o EMI tem, como função, a preparação para o mercado de trabalho.

Os artigos, em seu conjunto, apresentam vários pontos de convergência sobre a temática da formação de professores e do currículo integrado, mais especificamente, no tocante ao EMI. Podemos resumir como elementos em comum:

- Os autores ressaltam a necessidade de uma formação docente adequada para trabalhar no EMI. Tal formação deve ultrapassar os conhecimentos específicos da sua área agregando a esta aspectos pedagógicos, didáticos e compreensão dos princípios nos quais se assentam o EMI. Para tanto, a formação continuada torna-se essencial para a atualização dos professores e melhoria de suas práticas na EPT.
- Nos artigos, os autores reconhecem os desafios da implementação da integração curricular no EMI. A fragmentação do conhecimento, a falta de clareza quanto aos objetivos da integração, a resistência à mudança, as limitações do tempo em face da carga de trabalho e a carência de planejamento colaborativo entre os docentes de áreas distintas são obstáculos a serem superados. Esse tipo de planejamento é fundamental para que os docentes efetivem, no contexto da prática, a integração curricular, visto que as trocas de experiências, as discussões sobre determinados temas e a construção conjunta de atividades são preponderantes para articular propostas pedagógicas que reúnam conhecimentos de diferentes áreas.
- Os autores enfatizam a necessidade de articulação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. Na contramão de uma formação tecnicista, é preciso que sejam fomentadas habilidades críticas e reflexivas, de modo a compreender a realidade social. Com isso, o EMI promove a formação integral dos estudantes e prepara-os para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.
- A maioria dos estudos destaca o caráter qualitativo das pesquisas. Os levantamentos dos dados se deram, principalmente, com o uso de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo pelos diversos autores dos textos destacados. Essas metodologias permitem uma análise mais aprofundada das experiências e perspectivas dos docentes.

- Há distinções em relação ao conhecimento que os docentes têm sobre a proposta do EMI, seus princípios, bases teóricas e pressupostos. Enquanto alguns professores demonstram clareza sobre a proposta, outros indicam -a maioria - desconhecê-la ou ter pouca familiaridade com esta.
- Quanto aos autores mais referenciados nos artigos, destacamos:
  - 1- Dante Henrique Moura, Marise Nogueira Ramos e Lucília Regina de Souza Machado são geralmente citados quando os autores dos artigos analisados abordam a formação docente para a EPT, os saberes necessários à docência nessa modalidade, a relação entre trabalho e educação, formação integral, dentre outros temas relacionados ao EMI.
  - 2- O pesquisador português António Nóvoa é frequentemente citado nas discussões acerca da importância da reflexão crítica sobre as práticas docentes, a reconstrução permanente da identidade dos professores e a formação continuada destes.
  - 3- Selma Garrido Pimenta e Maurice Tardif são os principais autores referenciados naqueles artigos que discutem os saberes docentes, vistos como conhecimentos produzidos na formação específica, na apropriação de temas pedagógicos e na experiência alcançada no cotidiano da profissão.

Também citados, embora menos que os estudiosos anteriormente destacados, são: Paulo Freire, Acácia Kuenzer, Maria Ciavatta e José Carlos Libâneo. Dada a nossa experiência com a pesquisa no campo da EPT, consideramos que os autores dos 10 artigos selecionados utilizam-se de referenciais teóricos relevantes para a produção do conhecimento acerca do EMI e da formação docente, em geral, e, para a EPT, em específico.

Em síntese, os artigos apresentam um panorama complexo sobre a formação de professores e a integração curricular no EMI, evidenciando a importância do tema, os desafios a serem superados e as diferentes perspectivas dos docentes. Os estudos revelam que há divergências e diferentes níveis de compreensão sobre o EMI e a forma como este deve ser implementado. A formação continuada, a reflexão sobre a prática e o planejamento colaborativo são apontados como imperioso para um ensino de qualidade que promova a formação integral dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo realizar um estado do conhecimento acerca da produção bibliográfica sobre a formação de professores para o EMI, tendo como base os artigos publicados na RBEPT. Assim, mapeamos e analisamos os artigos que tratam da formação de professores para o EMI, uma das formas de articulação estabelecida pelo Decreto nº 5.154/2004. A investigação nos leva a realçar os pontos apresentados a seguir.

Primeiramente, destacamos a centralidade da formação docente. Além dos artigos analisados, é vasta a literatura que apresenta a formação continuada de

professores como um pilar fundamental para a efetivação do EMI. Mediante essa formação, atualiza-se e aprofunda-se os conhecimentos dos docentes, licenciados e bachareis. Há de se salientar que estes últimos são os mais carentes de discussões acerca do currículo integrado, haja vista que não tiveram nenhum tipo de formação pedagógica nos cursos superiores. No entanto, frisamos que os cursos de licenciatura pouco ou nada abordam a respeito da EPT. Portanto, muitos licenciados passam a lecionar nesta modalidade sem os conhecimentos básicos necessários para pôr em prática a integração, como fica evidente na pesquisa realizada por Rodrigues (2015).

Em segundo aspecto a salientar diz respeito aos desafios da integração curricular que aqui almejamos. A implementação do EMI é um processo complexo, permeado por desafios, sobretudo, em função da fragmentação do conhecimento, apesar de a interdisciplinaridade ser um tema muito discutido na academia. Aliado a esse fato, acrescentamos a resistência de muitos docentes para sair de sua “zona de conforto” e buscar conhecer outros conteúdos para além de sua formação.

A dificuldade de se colocar em prática propostas pedagógicas que integrem conteúdos do Ensino Médio e da área técnica foi constatada por Santos (2018), ao estudar o desenvolvimento de projetos integradores no IFRN, seguindo orientações do PPP dessa instituição. O pesquisador, mediante entrevistas com professores e estudantes de um curso técnico, percebeu a fragilidade dos conhecimentos destes acerca dos conceitos básicos do EMI. Esse fato nos mostra a relevância de um planejamento colaborativo entre os docentes, mediados pela equipe pedagógica, pois toda construção de saberes se dá em um processo colaborativo, no qual ocorrem intercâmbios intersubjetivos e discursivos, sendo necessário a interlocução entre as diferentes vozes que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. Logo, as trocas de experiências, as discussões a respeito de determinados temas e a construção coletiva de atividades permitem articular os conhecimentos de diferentes áreas, promovendo uma aprendizagem mais significativa para os educandos.

Precisamos ponderar que não há modelos prontos para a integração curricular, mas sim um processo contínuo de construção, marcado por avanços e recuos. Não se trata de um objetivo a ser alcançado de forma imediata, mas de um percurso que exige tempo, dedicação e reflexão constante. É fundamental que as instituições proporcionem espaços de reflexão sobre a prática docente. A análise crítica da própria prática é essencial para o desenvolvimento profissional e para a melhoria da qualidade do ensino. A formação continuada deve estimular essa reflexão, permitindo que os docentes identifiquem os desafios e as potencialidades de seu trabalho.

## REFERÊNCIAS

BEMVINDO, Vitor. A concepção socialista de educação politécnica: contribuições dos socialistas utópicos, libertários e científicos. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 16, n. 70, p. 138-162, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649213> Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília-DF, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília-DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal> Acesso em: 20 jan. 2025.

BRITO, Leonardo Leonidas de. Politecnia da aprendizagem e a centralidade do trabalho em Proudhon: alguns breves apontamentos. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 19, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11235>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CARDOSO, Ticiania Cougo; HAMMES, Itamar Luís; BOTH, Joseline Tatiana. A construção do ensino médio integrado: contribuições a partir de uma proposta de formação continuada no IFSUL - Câmpus Pelotas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 19, p. e9684, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9684>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 307-315. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> Acesso em: 20 jan. 2025.

FONSECA, Christine Meyrelles Felipe da. Formação e saberes docentes na educação profissional: um relato de experiência. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 12, p. 170-178, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5873>. Acesso em: 21 jan. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ynppThv4sMqrxDRg8XLxjqv/> Acesso em: 10 jan. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

GUILLAUME, James. **L'Internationale: documents et souvenirs (1864-1878)**. Paris: Société Nouvelle de Librairie et D'édition, 1905. Disponível em: <https://archive.org/details/linternationale01guiluoft/page/n7/mode/2up> Acesso em: 12 jan. 2025.

GUIMARÃES, Marlon da Costa. 10 anos do Decreto nº 5154/04 e o programa Dupla Escola. **Marx e Marxismo**, v. 3, n. 4, p. 113-126, jan/jun 2015. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/78>. Acesso em: 21 jan. 2025.

HERREIRA, Niélcia de Aguiar; URBANETZ, Sandra Terezinha. O trabalho e a formação docente em um curso técnico integrado pertencente à rede pública estadual do Paraná. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 18, p. e8571, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8571>. Acesso em: 21 jan. 2025.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica - 2023**. Brasília-DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> Acesso em: 20 jan. 2025.

LUSTOSA, Wigna Eliony Aparecida de M.; ALIANÇA, Priscila Ticiane S. M. da Silva. A identidade do professor licenciado no ensino médio integrado: entre a paixão e o acaso. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 12, p. 179-199, 2017. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5867>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MORAES, Caroline Aparecida Sampaio Guimarães de; DIEMER, Odair. Concepções de docentes em relação a integração de disciplinas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 20, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10534>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MORAIS, João Kaio C. de; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. O professor licenciado na educação profissional: quais são os saberes docentes que alicerçam seu trabalho? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 7, p. 66-74, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3499>. Acesso em: 21 jan. 2025.

OLIVEIRA, Bruna Mendes; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Licenciaturas nos Institutos Federais: aspectos para discussão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 10, p. 22–33, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3493>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PEREIRA, Alessandra Vetorelli; REIS, Márcio José dos; CAMILO, Rodrigo Yamakami. Concepções dos docentes de um curso técnico integrado ao ensino médio do IFSP sobre a integração curricular. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 22, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11642>. Acesso em: 21 jan. 2025.

RODRIGUES, José. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 259-282, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/mXbPbS5FnfMT4DR3Qq3D89L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2025.

RODRIGUES, Iaponira da Silva. **Trajetórias acadêmica e profissional de professores licenciados do Campus Parnamirim (IFRN): saberes e práticas docentes no Ensino Médio Integrado**. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SAMIS, Alexandre. **Negras tormentas**: O Federalismo e o Internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.

SANTOS, Luiz Antonio da Silva dos. **Projetos Integradores no IFRN**: Reflexões sobre os documentos norteadores e o contexto da prática no *Campus Mossoró*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Claudia Maria Bezerra da; SANTOS, Edlamar Oliveira dos. Formação continuada do professor do Ensino Médio Integrado: concepções e importância. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 18, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9281>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SILVA, Paulo César Bispo; LIMA, Andressa Maria. Ensino Médio Integrado: representações sociais construídas por professores de Física do IFPE - *campus* Pesqueira. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 23, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13810>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Formação docente para e na Educação Profissional e Tecnológica: uma ilustre esquecida. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, n. 74, p. 1070-1094, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/29209>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Ensino Médio Integrado: Duas décadas de luta por uma educação emancipatória no Brasil (2004-2024). **Paradigma**, Maracay, v. 46, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1594>. Acessado em: 3 fev. 2025.

URBANETZ, Sandra Terezinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863-883, 2012. Disponível em:  
<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4786>. Acesso em: 21 jan. 2025.